



Agência Petróleos de Notícias



Plataforma P-56, da Petrobras, em Angra dos Reis (RJ): parlamentares de estados não produtores querem derrubar vetos de Dilma à nova Lei dos Royalties

Análise de veto a royalty pode ganhar urgência

Senadores e deputados de estados não produtores de petróleo buscam as assinaturas necessárias para que a questão ganhe prioridade nas votações do Congresso; hoje, há mais de 3 mil vetos à espera de apreciação

O presidente do Senado, José Sarney, disse que é possível que o Congresso Nacional decida na sessão conjunta de hoje se dará urgência à análise dos vetos feitos pela presidente Dilma Rousseff ao projeto de lei que modifica a distribuição dos royalties do petróleo. O Congresso pode derrubar ou manter

os vetos presidenciais. Para que se formule o pedido de urgência, é necessário que haja o apoio de pelo menos 41 senadores e 257 deputados federais. Os parlamentares dos estados não produtores — que defendem a derrubada dos vetos — estão buscando as assinaturas necessárias. **3**

Relatório da CPI do Cachoeira e pedido de mais foco na Delta serão votados hoje **7**

CPI da Violência contra a Mulher faz audiência em Roraima, e a do Tráfico de Pessoas, no Amazonas **6**

Sessão especial celebra 200 anos da imigração chinesa no Brasil

Saídos de Macau, primeiros imigrantes chegaram ao Porto do Rio de Janeiro em 1812. A sessão do Senado ontem marcou o lançamento de um selo comemorativo

à data (*abaixo*). No Plenário, o embaixador da China, Li Jinzhang, afirmou que o século atual será marcado pelas relações de amizade Brasil-China. **2**



Dilma sanciona lei que obriga nota fiscal a informar valor de impostos

A presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que torna obrigatória nas notas fiscais a discriminação de tributos municipais, estaduais e federais que incidem sobre o produto ou serviço adquirido. A empresa que descumprir poderá perder licença de funcionamento. Norma valerá em junho de 2013. **8**

Secretários de Fazenda e presidente do Banco Central fazem debates hoje em comissão **3**

Audiência aponta necessidade de aprimorar regra sobre ponto eletrônico **7**

Plenário pode analisar hoje MP que regula intervenções no setor de energia elétrica **8**

especial Cidadania



Menina lê cartilha de alerta sobre riscos on-line durante oficina feita por vítima de roubo de senha

Crimes na internet agora têm legislação específica que prevê prisão e multas

Facebook e Orkut reúnem metade das denúncias de crimes cibernéticos no Brasil. O combate a delitos como roubo de senhas e invasão de sites ganha o reforço

de duas leis publicadas semana passada no *Diário Oficial da União* e de trabalhos voluntários de conscientização feitos por quem já foi vítima. **4 e 5**

Divulgação: Movimento Desabafó Virtual

Senado comemora 200 anos da imigração chinesa no país

Saídos de Macau, primeiros imigrantes chegaram ao Porto do Rio de Janeiro em 1812 e muitos foram trabalhar em plantações de chá; segundo Sarney, chineses ajudam no desenvolvimento do Brasil

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, celebrou o estreitamento das relações com a China, maior parceiro comercial do Brasil. Em sessão especial ontem, para comemorar os 200 anos da imigração chinesa no Brasil, ele disse que o país nutre grande satisfação pela amizade com a China e seu povo, além de grande admiração pela contribuição milenar dos chineses para a civilização.

— É por isso que, hoje, com grande satisfação, comemoramos os 200 anos da imigração chinesa, saudando todos os chineses que aqui vivem, trabalhando, ajudando o nosso desenvolvimento, integrando-se ao nosso povo e fazendo parte da paisagem humana que constitui o Brasil.

Sarney lembrou que as relações entre os dois países cresceram intensamente a partir do final do século 20 e que ele próprio colaborou nesse processo, o que motivou uma visita à China na época em que foi presidente do Brasil (1985—1990).

Essa visita ocorreu na Guerra Fria. Sarney falou das conversas com o então presidente Deng Xiaoping (1903—1997), que liderou a modernização do país comunista. Sarney relatou que chegou a dizer a Xiaoping que o atual século seria o “século da China”. Dele, continuou Sarney, ouviu que esse seria também o século da América

Latina, com o Brasil junto. Ele manifestou ao então comandante da China o interesse em “relações privilegiadas” entre os dois países, ao que Xiaoping disse que a resposta viria com o tempo.

— Hoje vejo que temos com a China essa relação construída nos termos que já sonhávamos e que Deng Xiaoping via que o tempo iria consolidar.

Chá

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que preside o Grupo Parlamentar da Amizade Brasil-China no Senado e sugeriu a homenagem, relatou a chegada dos primeiros chineses. A bordo do navio Vulcano, 300 imigrantes vieram de Macau em 1812. O objetivo era desenvolver a agricultura, especialmente de chá.

— A exemplo do que ocorreu há dois séculos, podemos afirmar que a China ajuda a desenvolver o nosso país naquilo que mais precisamos: geração de linhas de trabalho, aumento da produção e desenvolvimento social apoiado no desenvolvimento econômico.

A respeito do Grupo Parlamentar Brasil-China, o senador disse que tem como missão aproximar os Parlamentos dos dois países, num esforço de diplomacia parlamentar para ampliar a cooperação cultural, econômica e de amizade entre os dois povos.

Este será o século da amizade Brasil-China, afirma embaixador

O embaixador da China, Li Jinzhang, disse que o século atual será o “século de amizade Brasil-China”. Para ele, as relações entre os dois países tendem a aumentar, ganhando espaço com a ampliação da abertura econômica definida pelo recente congresso do Partido Comunista chinês.

O embaixador disse que o congresso definiu como meta estratégica a construção da “renascença chinesa”. De acordo com ele, o objetivo é completar a transformação da China “num país próspero, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso em meados do presente século”.

— No caminho para que esse sonho seja realizado, a China erguerá alto a bandeira de paz, desenvolvimento e cooperação e se consagrará decididamente a salvaguardar a paz mundial e a promoção do desenvolvimento conjunto.

A sessão do Senado marcou o lançamento de um selo comemorativo pelos 200 anos da imigração chinesa no Brasil. Quem representou os Correios foi o superintendente-executivo de Operações, Fábio Vieira César, que também representou o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Sarney: chineses se integraram ao nosso povo e fazem parte da paisagem humana do Brasil



Embaixador da China, Li Jinzhang (D), diz que o país “erguerá alto a bandeira de paz, desenvolvimento e cooperação”

Defensores dos direitos humanos recebem comenda

O Senado fará hoje uma cerimônia para conferir a Comenda Dom Hélder Câmara a cinco cidadãos que se destacaram na defesa dos direitos humanos. Neste ano, serão premiados o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo; dom José Maria Pires, arcebispo emérito da Paraíba; Felício Pontes Júnior, procurador da

República no Pará; Manoel Conceição Santos, líder sindical; e João Baptista Herkenhoff, professor e juiz aposentado.

A comenda foi criada pelo Senado em 2010 e leva o nome do antigo arcebispo do Recife, conhecido pela atuação na defesa dos mais pobres e dos perseguidos políticos durante a ditadura militar. A escolha dos agraciados cabe

a um conselho atualmente presidido por Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Já receberam a comenda em anos anteriores o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto; o cardeal dom Eugenio Sales, que faleceu neste ano; o historiador Jair Krischke; e o arcebispo dom Marcelo Pinto Carvalheira, entre outros.

Sarney pode ser presidente da República interino

Terceiro na linha de sucessão da Presidência da República, o presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que cumprirá o dever caso seja necessário assumir interinamente. A hipótese foi levantada em razão da possibilidade de a presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer e o presidente da Câmara, Marco Maia, se ausentarem do país nos próximos dias. Caberia ao presidente do Senado ocupar interinamente o cargo, conforme determina o artigo 80 da Constituição.

Senado lança hoje novos serviços do Portal e-Cidadania

O Senado inaugura hoje novos serviços do Portal e-Cidadania, instrumento de interatividade criado para aproximar a população do Poder Legislativo. O portal permitirá ao cidadão comentar projetos de lei e participar a distância de audiências públicas. No ar há sete meses, o e-Cidadania já oferecia ao público a possibilidade de apresentar sugestões de projetos e de temas para audiências.

Nessa segunda etapa do serviço, dois novos ícones serão incluídos na página: “Opine” e “Participe”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Comenda Dom Hélder Câmara

11h Sessão especial para entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. Na pauta, proposta que cria Tribunal Regional Federal em Curitiba.

PRESIDÊNCIA Visita de religiosos

10h45 O senador José Sarney recebe os celebrantes da missa pelo encerramento dos trabalhos legislativos; às 15h, participa de reunião da Mesa; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CAS Mercado de trabalho nas companhias aéreas

9h O impacto de fusões de companhias aéreas no mercado de trabalho do setor é tema de debate na Comissão de Assuntos Sociais. Participa o ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wagner Bittencourt.

CDH Acompanhante durante e depois do parto

9h Votação de projeto que obriga hospitais a exporem em locais visíveis aviso sobre direito da parturiente de ter acompanhante durante o período de trabalho de parto e pós-parto.

CAE Presidente do Banco Central

10h Votação do Plano Nacional de Educação. Às 11h, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala sobre política monetária. Às 14h, debate sobre cobrança do ICMS.

AVIAÇÃO CIVIL Aeroportos

10h Audiência conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil discute concessões dos espaços aeroportuários.

CRE Novos embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa indicações para embaixadas no Irã, no Quênia e na Turquia.

CPI DO CACHOEIRA Votação do relatório final

10h15 A comissão parlamentar de inquérito que investiga as relações criminosas de Carlinhos Cachoeira vota o relatório final, do deputado Odair Cunha (PT-MG).

MISSA Fim dos trabalhos legislativos de 2012

11h O arcebispo de Brasília, dom Sergio da Rocha, celebra missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos do Congresso. Participarão da missa, no Salão Negro do Congresso, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia.

CE Indicação para a Ancine

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa a indicação de Rosana dos Santos Alcântara para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional do Cinema.

CMA Poluição de carros

11h30 A Comissão de Meio Ambiente analisa a proposta que estabelece níveis máximos de emissão de dióxido de carbono em veículos fabricados no país a partir de 2016.

CONGRESSO Créditos especiais para ministérios

12h30 Sessão do Congresso, no Plenário da Câmara, para deliberar sobre projetos que destinam créditos especiais a diversos ministérios.

CMO Reunião de líderes

14h Reunião do colegiado de líderes partidários integrantes da Comissão Mista de Orçamento, às 14h, no Plenário 2 da Câmara. Às 14h30, 18h e 20h, deliberação de matérias.

RIO SÃO FRANCISCO Ministro da Integração Nacional

16h Audiência da comissão especial para acompanhar as obras da transposição do Rio São Francisco recebe, entre outros, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso pode votar hoje urgência a veto de royalties

Parlamentares de estados não produtores de petróleo coletam assinaturas para que a matéria tenha prioridade. Eles precisam do apoio de 41 dos 81 senadores e de 257 dos 513 deputados federais

O CONGRESSO SE reúne hoje e pode analisar o pedido de urgência para a realização de sessão conjunta destinada a examinar o veto presidencial à lei que muda as regras de distribuição dos royalties do petróleo. Foi o que disse ontem o presidente do Senado, José Sarney.

Para que o requerimento possa ser votado, é necessário o apoio formal de no mínimo 41 senadores e 257 deputados. Parlamentares de estados não produtores de petróleo têm se mobilizado para coletar as assinaturas necessárias.

Se aprovado o pedido, o veto à Lei dos Royalties do petróleo passará à frente na fila dos mais de 3 mil vetos que aguardam apreciação do Congresso e, com isso, Sarney poderá convocar uma nova



Segundo Sarney, líderes vão apresentar pedido de urgência para a matéria

sessão conjunta para apreciação da matéria.

— Tenho notícias de que os líderes vão apresentar um pedido de urgência. Uma vez que ele seja aprovado, evidentemente que o veto vai ter que ser colocado em votação — disse.

A derrubada do veto presidencial à Lei dos Royalties

(Lei 12.734/12) é defendida pelos estados não produtores de petróleo, que esperavam contar com a distribuição igualitária da renda da exploração do petróleo, atividade em que se destacam Rio de Janeiro e Espírito Santo. O veto só pode ser derrubado pelo voto da maioria absoluta dos senadores e dos deputados.

Estados produtores esperam acordo sobre equilíbrio fiscal



As bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo esperam que não haja urgência para análise do veto à proposta sobre os royalties do petróleo. Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que, em reunião dos secretários estaduais de Fazenda, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), no fim de semana, em São Luís, foram discutidos mecanismos que podem ser adotados para reduzir o déficit público e a guerra fiscal.

— Houve uma sinalização de que os estados não produtores podem aceitar ser compensados de outra forma, que não seja tirando os contratos já licitados dos produtores. Estamos agora aguardando a resposta dos governadores para tentar abrir novo espaço de negociação — disse.

“MP não garante aplicação integral em educação”



Cristovam Buarque (PDT-DF) apontou “manipulação” por parte do governo na MP 592/12, que destina à educação os royalties da exploração do petróleo. A medida, afirmou o senador, “não garante que esse dinheiro vá para coisas concretas. Está escrito que vai para o desenvolvimento da educação, um conceito amplo demais”.

— Não chegam a 20% os recursos que serão investidos em educação, se o texto da MP for aprovado da maneira como chegou ao Congresso — disse.

Cristovam adiantou que, durante o exame da MP, apresentará uma emenda para “retomar a ideia inicial surgida no Senado, em 2008, de que os royalties têm de ser usados em educação”.

Braga alerta para urgência de solução para questões federativas



Eduardo Braga (PMDB-AM) destacou a necessidade de resolução de temas polêmicos relacionados à questão federativa — a nova regra do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a unificação do ICMS interestadual para mercadorias nacionais, os royalties do petróleo e a revisão das dívidas dos estados.

Ele ressaltou que os assuntos que envolvem a Federação interessam não só aos parlamentares, mas a toda a sociedade. Em relação ao FPE, o prazo estipulado pelo Supremo para que as novas regras entrem em vigor é 31 de dezembro.

Cícero defende proposta do relator para nova regra do FPE



Cícero Lucena (PSDB-PB) defendeu a aprovação da proposta de Walter Pimentel (PT-BA), relator do PLS

289/11 — Complementar, que estabelece novas regras para a partilha do FPE.

De acordo com a proposta, os repasses de 2011 e 2012 serão mantidos como piso para cada estado e para 2013 e 2014 serão observados, em caráter de transição, dois critérios iniciais: população e o fator inverso da renda per capita nominal domiciliar. Nesse período, o Congresso avaliará se esses serão os melhores critérios para o fundo.

Pimentel vê distorção no Fundo de Participação dos Municípios



Os coeficientes de São Paulo e do Rio no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) estão possivelmente

subdimensionados. Isso porque todas as capitais com população igual ou superior a 4,5% da população total de todas as capitais recebem a mesma cota, e Rio e São Paulo têm, na ordem, 13,9% e 24,7%.

A avaliação é de José Pimentel (PT-CE), relator de três projetos que alteram os atuais critérios de distribuição do dinheiro do FPM. As propostas serão analisadas amanhã pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Saúde foi o setor mais atendido pelas emendas parlamentares

A saúde foi o setor que recebeu o maior número de emendas de despesa para a proposta orçamentária de 2013 (PLN 24/12).

Das 8.298 emendas apresentadas pelos parlamentares no mês passado, 2.428 se destinam a esse setor (30% do total). Se fossem todas aprovadas, as emendas representariam um gasto adicional de R\$ 12,2 bilhões no Orçamento da União.

Os hospitais, privados ou públicos, estão entre os principais interessados nesse tipo de emenda: as duas ações de saúde mais demandadas na proposta orçamentária foram Estruturação de Unida-

apoio do Ministério da Saúde aos municípios.

A maior parte dos R\$ 12,2 bilhões em emendas para a saúde veio das bancadas dos estados (R\$ 8,2 bilhões). As comissões da Câmara e do Senado foram responsáveis por R\$ 1,8 bilhão e os parlamentares apresentaram R\$ 2,16 bilhões em emendas individuais.

Os parlamentares tiveram direito a apresentar emendas individuais à proposta orçamentária no valor total de R\$ 15 milhões, mas R\$ 2 milhões tinham de ser obrigatoriamente destinados à saúde.

A área de educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte recebeu o segundo maior número de emendas (1.839 emendas), mas o valor total delas foi maior que o da saúde (R\$ 13,71 bilhões). No entanto, como o próprio nome indica, essa área temática aglutina vários setores.

A proposta orçamentária previa R\$ 94,64 bilhões para a área temática da saúde — valor que será ampliado para atender às emendas. O relator dessa área é Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Ministérios

Editada na última quinta-feira, foi lida no Plenário a Medida Provisória 596/12, que concede crédito extraordinário de R\$ 573,3 milhões em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional.

Das 8.298 emendas apresentadas pelos parlamentares, 2.428 foram para ações de saúde

Comissão ouve secretários estaduais sobre ICMS e Tombini sobre bancos

A reformulação da cobrança de ICMS voltará a ser discutida hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com participação do presidente do Confaz, Nelson Henrique Barbosa Filho, e secretários de Fazenda de seis estados.

Dia 4, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu uma alíquota interestadual unificada e reduzida de forma gradual para 4% em até oito anos. Uma medida provisória criaria um fundo para compensar os estados por eventuais perdas de arrecadação e outro para o desenvolvimento regional de estados mais pobres.

Atualmente, existem duas alíquotas, uma de 7%, que serve aos estados mais ricos, e

outra de 12%, utilizada pelos mais pobres. Com a redução de 1% prevista a cada ano, os mais pobres atingiriam a alíquota de 4% em oito anos.

Ainda hoje, a CAE fará reunião com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para discutir as intervenções nos bancos Pan-Americano, Rural, BMG, Votorantim, Cruzeiro do Sul e Prosper.

A comissão também vai deliberar hoje sobre o regime tributário nas zonas de processamento de exportação e sobre o Plano Nacional de Educação, que estabelece aumento gradativo dos investimentos da União, dos estados e dos municípios até atingir, em dez anos, 10% do produto interno bruto (PIB).

Brasil reforça luta contra os criminosos da internet

Facebook e Orkut reúnem metade das denúncias apresentadas em todo o país sobre atos como pornografia infantil, apologia a crimes contra a vida e racismo. Duas novas leis estabelecem penas de prisão e multa para delitos como invasão de sites, roubo de senhas e falsificação de cartão de crédito

Marcio Maturana

CRIANÇAS E ADOLESCENTES são o público que Monique Evelle Nascimento Costa, 18 anos, reúne desde agosto nas oficinas sobre os perigos da internet que, até agora, chegou a uma escola municipal, igrejas e outros estabelecimentos de Salvador. Ela começou o trabalho, que pretende ampliar, impulsionada pelo fato de ter sido vítima do que hoje pode ser classificado como crime.

Em 2007, quando o Orkut era a rede social on-line predominante no Brasil, o perfil de Monique foi “roubado”. Durante três dias, alguém acessava como se fosse ela e publicava mensagens

agressivas e racistas (“Isso aqui não é lugar de negro”). A jovem não conseguia apagá-las porque a senha de acesso à conta havia sido trocada.

— Eu só soube quem fez porque uma menina da equipe de vôlei que eu frequentava veio perguntar, dando risada, se eu tinha conseguido entrar no Orkut. Minha mãe foi falar com o professor e coincidentemente a mãe dela estava lá. Não sabia, fez a filha pedir desculpa. Mas em vez de me devolver o meu perfil, a menina o excluiu — conta Monique, que hoje cursa Direito e fundou o movimento Desabafo Social, com blog e página no Facebook.

Esse não é um caso raro. Metade das denúncias de

crimes de internet no Brasil refere-se a ambientes como Orkut e Facebook (veja quadro). Semana passada, o *Diário Oficial da União* publicou a Lei dos Crimes Cibernéticos (Lei 12.737/12), que altera o Código Penal para estabelecer punições a quem invadir computadores, roubar senhas e arquivos ou “derrubar” sites. Essa legislação era reivindicada pelos bancos devido à crescente quantidade de golpes on-line e ganhou o apelido de Lei Carolina Dieckmann porque o projeto (PLC 35/12) foi elaborado na época em que fotos íntimas da atriz foram copiadas do computador dela e espalhadas pela rede mundial. A lei entra em vigor

em 1º de abril, pois precisa cumprir prazo de 120 dias depois da publicação.

— Hoje o sujeito tira do ar a página da Receita Federal e não é punido. O mesmo acontece se lhe mandam um e-mail falso de banco para pegar seus dados — disse o relator do projeto no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), responsável pelo texto final aprovado porque apresentou um substitutivo ao projeto original do deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

Site de senador

Outra vítima de ataque cibernético foi o senador Paulo Paim (PT-RS). Em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, o site dele foi

invadido por hackers. Os ataques se repetiram durante cinco dias e todos os arquivos foram apagados.

— Eu conseguia recuperar, eles entravam de novo. Colocavam imagens, faziam um monte de palhaçada. Se a lei já estivesse em vigor, intimidaria esses invasores. Informe-me o problema à Polícia Federal, que admitiu que a legislação ainda não dava instrumentos para o trabalho. Por isso, digo que a lei veio em boa hora, vamos torcer que ela seja bem aplicada — afirmou o senador.

Paim acredita que os ataques ao site tenham sido motivados por racismo. Ele lembra que há dois anos a Polícia Civil de Porto Alegre

apreendeu material neonazista que incluía facas, soqueiras e um vídeo com ameaças a ele e a outras pessoas com atuação na luta contra desigualdade racial.

O racismo, aliás, é o terceiro crime mais denunciado na internet brasileira, com 9,4% dos casos. O primeiro lugar é ocupado pela pornografia infantil e chama a atenção pela alta incidência: 40,5% das denúncias. A segunda posição fica com a apologia a crimes contra a vida, responsável por 19,4% dos registros. Essas estatísticas, referentes ao período de janeiro de 2006 a outubro deste ano, são fornecidas pela Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. O serviço, criado pela ONG Safernet, reúne dados da Polícia Federal, Senado, Câmara dos Deputados, Secretaria de Direitos Humanos e Ministérios Públicos Federais de Minas Gerais e da Paraíba, além da própria ONG.

Crítica às penas

— Sobre crimes contra a honra, não há estatísticas consolidadas de todo o Brasil, porque as polícias civis não têm uma base de dados nacional. E esse registro

depende de comparecimento da vítima a uma delegacia — explica o presidente da Safernet, Thiago Tavares.

As novas leis preenchem lacunas que dificultavam a repressão a algumas culturas criminosas que surgiram com o advento da internet, segundo Tavares. No caso da atriz, por exemplo, os invasores só puderam ser punidos porque tentaram fazer chantagem, já que o furto de dados pela internet ainda não era crime. Mas nem tudo é elogio: na opinião de Tavares, as punições previstas são muito brandas.

— Ninguém será efetivamente preso, pois no Brasil pena de até quatro anos de reclusão para crime sem violência se transforma em restrição de direitos. Assim, quem invade um computador pode ser investigado, processado e até sofrer algum tipo de sanção, mas na prática não sofrerá perda de liberdade porque para isso a nova lei prevê no máximo um ano de detenção — lamentou o presidente da Safernet.

Uma regulamentação mais completa da internet brasileira é esperada com o marco civil, que vem sendo discutido na Câmara com

dificuldade de consenso. Na quarta-feira, por exemplo, a votação foi adiada pela sexta vez. Segundo o presidente da Casa, Marco Maia, o projeto não será votado enquanto não houver acordo.

O Marco Civil da Internet pretende definir responsabilidades e deveres de provedores e usuários. A proposta atual proíbe, por exemplo, que os provedores operem com velocidade variável para cada site. Seria uma espécie de constituição da rede de computadores no Brasil. Ainda assim, temas polêmicos — como direitos autorais na internet e downloads de obras artísticas — não são tratados no texto.

Delegacias

Investigações de ataques virtuais serão fortalecidas não só pela tipificação de delitos, mas também porque as polícias civis de todo o Brasil terão que criar delegacias especializadas em crimes de informática. A determinação está na Lei Azeredo (Lei 12.735/12), que foi aprovada e sancionada junto com a Lei Carolina Dieckmann, complementando-a.

O projeto dessa lei tramitou no Congresso desde 1999

(PL 84/99, na Câmara). O texto original era bastante abrangente e criou polêmica, por exemplo, no que se refere à responsabilidade dos provedores de internet. Durante a longa tramitação, no entanto, foi reduzido a quatro artigos e, na sanção, a presidente Dilma Rousseff vetou dois. Um dos que ficaram para entrar em vigor determina a instalação das delegacias especializadas. O outro altera a Lei 7.716/89, sobre racismo, para que juízes possam determinar suspensão de transmissões radiofônicas, televisivas e eletrônicas de símbolos nazistas. Para esse crime, a pena vai de dois a cinco anos de prisão e multa.

A Lei Azeredo recebeu esse nome porque em 2008 o texto original ganhou substitutivo do então senador Eduardo Azeredo, hoje deputado pelo PSDB de Minas Gerais.

Onde denunciar

Polícia Federal
<http://denuncia.pf.gov.br>

Senado
<http://bit.ly/denunciasedado>

Câmara dos Deputados
<http://bit.ly/denunciacamara>

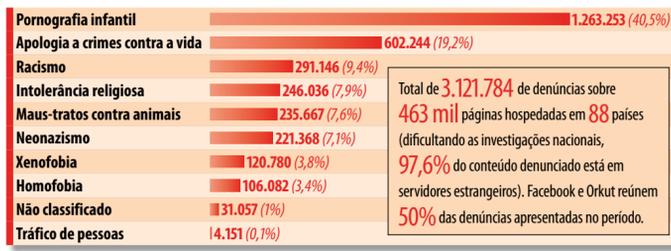
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
<http://disque100.gov.br>

Ministério Público Federal de Minas Gerais
<http://bit.ly/denunciaprmg>

Ministério Público Federal da Paraíba
<http://bit.ly/denunciaprp>

SaferNet
<http://bit.ly/denunciasafernet>

Número de denúncias entre janeiro de 2006 e outubro de 2012



Fonte: Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos



Monique (de pé) foi vítima de invasão de perfil no Orkut e hoje faz oficinas de alerta e conscientização para crianças e adolescentes, com atividades como colagens sobre os perigos on-line

Urgência fez questões se destacarem do debate sobre novo Código Penal

O projeto da Lei Carolina Dieckmann entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 28 de agosto e foi aprovado em 30 de outubro, em regime de urgência. Apesar da rapidez, a aprovação não foi fácil. Muitos senadores não queriam mudar as normas naquele momento porque o Senado discutia um capítulo inteiro sobre isso na revisão do Código Penal, cuja versão em vigor não trata de internet porque é de 1940.

O problema com as fotos da atriz, em maio, somou-se

às reivindicações da Federação Brasileira de Bancos, que pedia agilização da tramitação alegando que a reforma do Código Penal caminha a passos lentos. Assim, o novo projeto superou a discussão da Lei Azeredo, que vinha enfrentando resistências desde 1999 e acabou transformando-se em complemento, com apenas dois artigos.

Sem lei específica, os juízes vinham enquadrando os culpados por crimes cibernéticos em delitos como furto, extorsão

qualificada e difamação. Em alguns casos, tinham que arquivar a denúncia.

Agora passa a ser crime invasão de celulares, tablets e computadores (conectados ou não à internet) com o objetivo de obter, adulterar ou destruir dados e informações, instalar vulnerabilidades ou conseguir vantagens. Além de multa, a pena varia de três meses a um ano de detenção. A mesma punição será aplicada a quem produz, distribui ou vende softwares para invasão.

Para quem obtém

ilegalmente comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais e industriais e informações sigilosas, a pena pode chegar a dois anos de prisão, além de multa. A punição é igual para divulgação ou transmissão do material por meio de venda ou repasse gratuito.

Se o crime for interromper serviços de empresas na internet por meio de ataques, a pena vai de um a três anos de prisão. Uso criminoso de dados de cartões de crédito e débito — na internet, em caixas eletrônicos ou em

máquinas de passar cartão — passa a ser considerado falsificação de documento particular e recebe pena que já era prevista no código: de um a cinco anos de prisão e multa.

Em caso de agravantes, como obter benefícios financeiros ou invadir dados de autoridades, as penas podem ser aumentadas de um terço até a metade. Interromper serviços on-line de utilidade pública em situações de calamidade pode até duplicar a aplicação das penas.

Em fim de ano, aumenta o perigo das compras on-line

A proximidade do Natal faz as ameaças virtuais se multiplicarem no comércio eletrônico. A Associação Brasileira de Comércio Eletrônico acredita que as vendas devem alcançar R\$ 3,76 bilhões na soma de novembro e dezembro — crescimento de 45% em relação ao mesmo período do ano passado.

Isso aumenta o interesse dos golpistas da internet, e os cuidados do consumidor devem aumentar na mesma proporção, ou ainda mais. Há reclamações sobre atraso na entrega, produto com defeito e cobrança indevida.

Por isso, o Procon de São Paulo divulgou dia 27 lista com mais de 200 sites que devem ser evitados por quem pretende fazer compras na internet (<http://bit.ly/listaprocon>). O órgão tem também um guia de comércio eletrônico, com dicas de segurança (<http://bit.ly/guiaProcon>).

Segundo levantamento realizado pela empresa multinacional de antivírus McAfee, os cinco principais golpes na internet esperados para o Natal deste ano são lojas virtuais falsas, aplicativos móveis mal-intencionados,

golpes de viagens e mensagens de spam com temas natalinos. As principais recomendações são conferir se o endereço eletrônico de pagamento tem a letra “S” (<https://>) e nunca fornecer a senha do cartão de crédito.

Golpes com cartão de crédito, aliás, ganharam as manchetes em setembro, quando a Polícia Civil do Distrito Federal prendeu em um hotel de Brasília o goiano Douglas Augusto de Lima Souza, de 21 anos. Em uma semana de hospedagem, ele gastou mais de R\$ 12 mil em diárias e bebidas. Disse que

era funcionário de uma empresa com sede em Londres, com cartão corporativo.

À Justiça, Douglas informou que por 50 dólares comprou os dados do cartão de crédito nos Estados Unidos, onde morou três anos e fez faculdade de Sistemas da Informação. Agia com seis comparsas, e a polícia acredita que o prejuízo gerado pelo grupo em todo o mundo seja de R\$ 8 milhões. Este mês, Douglas foi condenado a um ano e seis meses de reclusão em regime aberto e 25 dias-multa (pouco mais de R\$ 500), por estelionato.

Depoimento

Isabel Ângela dos Santos Matos, mãe de Caíque



Ao lado de cartaz sobre o filho, Isabel dá palestra para outras mães

“Meu filho perdeu a vida aos 15 anos, vítima de bullying virtual”

“Caíque tinha 15 anos e sempre foi muito tímido e reservado. Na adolescência, apesar de ter 1,90 metro, ser lindo e assediado pelas meninas próximas, passou a se relacionar mais pelo computador. Eu e o pai dele acreditávamos que dentro de casa ele estava mais seguro do que na rua. Vimos depois que não é assim.

Na internet, passou a frequentar um universo virtual chamado IMVU, semelhante ao famoso Second Life. Lá você pode frequentar ambientes públicos — como praias, bares ou discotecas — e também espaços privados, como salas onde se faz sexo virtual ou se usam drogas também virtuais. Nesse mundo paralelo, meu filho, que na realidade vivia aqui em Salvador, namorou e casou-se com alguém que se apresentava como Fernanda, de Belo Horizonte. Também se comunicavam por mensagens de texto de celular.

Após alguns meses, ela esfriou o relacionamento. Caíque ficou muito triste, mas conheceu outra menina virtual. Quando Fernanda descobriu, começou o bullying. Dizia que ele era um traidor, que não merecia viver. No dia 6 de maio trocaram mais de cem torpedos. Ela dizia que o demônio estava esperando meu filho. Ele respondia que a amava e pedia perdão. O último torpedo dela dizia assim: ‘Minha última gota de sangue é para dizer que eu te amo’. O último torpedo dele dizia: ‘Vou provar meu amor por você!’

Quase às 2h da madrugada, Caíque se enforcou no quarto dele. O computador ficou ligado no mundo virtual, o celular cheio de torpedos. Os irmãos dele nos falaram do universo paralelo. A polícia investiga, mas até agora não há respostas. Nem sabemos se Fernanda é mesmo uma mulher. No início, ela até respondeu alguns torpedos meus. Disse que a culpa era dos pais, que deixavam o filho tempo demais na internet.

Em meio a muito sofrimento, eu e meu marido tivemos uma ideia luminosa: decidimos lutar para que outros pais não passem por isso, orientando famílias e professores sobre os perigos da internet. Um mês depois, eu já fazia palestras em colégios e faculdades, mostrando que o mundo virtual pode ter consequências trágicas no mundo real. No Facebook, criei o grupo Diga Não ao Bullying Virtual.

Apoio as novas leis, mas não se enquadram no que aconteceu comigo; não preveem bullying cibernético.”

Saiba mais

Lei Carolina Dieckmann
<http://bit.ly/leidieckmann>

Lei Azeredo
<http://bit.ly/leiazeredo>

Marco Civil da Internet
<http://bit.ly/marcocivil>

Movimento Desabafo Social
<http://bit.ly/desabafoSocial>

Diga Não ao Bullying Virtual
<http://on.fb.me/TNKaGS>

Cartilha Safernet
<http://bit.ly/cartilhaSafernet>

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em www.senado.leg.br/jornal

Cabinete do Senador Ana Rita



Ana Rita fala, ao lado de Ângela Portela, em visita ao Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar de Boa Vista

Em RR, rede para atender mulher agredida tem falhas

Em visita ao estado, senadoras que integram a CPI da violência contra as mulheres constataram que faltam delegados, juizes, promotores e defensores públicos especializados nesse tipo de atendimento

EM VISITA A Roraima, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra as mulheres no Brasil constatou sérios problemas no atendimento às mulheres no estado. Falta de pessoal especializado e de capacitação de funcionários, carência de unidades no interior, precariedade nos poucos órgãos existentes na capital e inquéritos parados foram alguns dos problemas encontrados.

A única delegacia especializada de Boa Vista não tem plantão nem funciona nos finais de semana.

— O horário de atendimento de segunda a sexta é bastante reduzido, apenas das 7h30 às 13h30 — afirmou a relatora da CPI, senadora Ana Rita (PT-ES). Dos mais de 8 mil inquéritos

que tramitam na delegacia especializada de Boa Vista, 6 mil estão parados por falta de funcionários. Na delegacia, não há telefone nem internet.

Além da capital, Roraima só conta com mais uma delegacia especializada, em Caracará. Segundo Ana Rita, as unidades não se comunicam.

— A situação é um caos — afirmou a senadora Ângela Portela (PT-RR), autora do requerimento para a realização das diligências em Roraima.

Judiciário

A falta de pessoal prejudica os atendimentos na Justiça. O estado tem 15 municípios e conta apenas com um juizado especializado nas mulheres vítimas de violência. O Ministério Público e a Defensoria Pública também sofrem com a falta de

profissionais. Segundo o juiz Jefferson Fernandes da Silva, a grave situação da delegacia especializada da capital levou o Judiciário a denunciar o caso ao Conselho Nacional de Justiça.

Ele avaliou que 80% dos atendimentos às vítimas de violência são feitos por delegados não especializados.

Ana Rita e Ângela Portela estiveram na Casa Abrigo de Boa Vista e no Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame), mantido pela Assembleia Legislativa.

Para Ana Rita, o fato de o Chame funcionar dentro do Poder Legislativo revela a dificuldade do estado para atender as vítimas de violência.

Roraima é o 13º estado em assassinato de mulheres — 5 assassinatos para 100 mil mulheres.

Mozarildo pede intervenção federal no estado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu intervenção federal em Roraima. O senador disse que o estado sofre nas mãos de “pessoas irresponsáveis” e que só uma intervenção pode acabar com as frequentes denúncias de irregularidades e corrupção no governo.

As denúncias mais recentes, relatou Mozarildo, tratam da titularidade das terras em Roraima.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Como antigo território federal, o estado ainda precisa da transferência dos títulos das terras da União para o governo local — para oficializar a posse de antigos produtores, vender as terras para novos proprietários ou destiná-las a assentamentos. Segundo ele, há indícios de manobras. As terras estariam sendo repassadas a laranjas de grupos de Mato Grosso.

— É preciso haver intervenção para que se possa fazer uma coisa transparente, limpa, honesta e que aquele que de fato fosse detentor da terra tivesse seu título, aquele que quisesse legalmente adquirir terras para produzir pudesse fazê-lo e aqueles que estão sem terra pudessem ter assentamentos adequados, sem criar conflitos desnecessários ou encomendados para fazer com que a terra vire, lamentavelmente, motivo para ações ilícitas.

Senadores criticam delegado que nega existência de tráfico humano

Na audiência que a CPI sobre Tráfico de Pessoas fez ontem em Manaus, Paulo Davim (PV-RN), Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticaram o delegado Elcy Barroso, do distrito de Iranduba, que disse desconhecer qualquer caso ou suspeita de tráfico humano.

O jornal *A Crítica* noticiou que uma adolescente teria sido convidada a trabalhar em Manaus. Ao chegar, foi forçada a prestar serviços numa casa de encontros sexuais, de onde fugiu.

Segundo o delegado, a vítima disse que não foi forçada a viajar. Isso, na interpretação dele, não caracteriza crime de tráfico humano. Davim lamentou a afirmação e disse que o delegado “está longe da realidade que o Brasil vive”.

Lídice, relatora da CPI, argumentou que o tráfico não se caracteriza por viagem forçada, já que muitas pessoas aceitam viajar enganadas por falsas promessas.

— Esse depoimento mostra

total despreparo das autoridades policiais — disse.

Vanessa, presidente da CPI, acrescentou que o tráfico de pessoas é real e invisível.

— Esse crime é de difícil diagnóstico porque há pessoas como o delegado Barroso, que minimizam a situação.

O segundo caso abordado na audiência foi o da travesti Bruna Amaral, aliciada sexualmente em São Paulo.

— Uma travesti chamada Eva me ligou e me prometeu emprego e cirurgias plásticas. Ao chegar, percebi que tinha virado vítima de uma quadrilha — disse Bruna.

Vanessa se comprometeu em ajudá-la com o Programa Pró-Vida e afirmou que a CPI vai solicitar ao Ministério da Justiça um curso de capacitação para autoridades.

Ao ouvir o representante da Secretaria de Justiça do Amazonas, Cristiano Chixaro, a senadora aprovou a iniciativa de criar o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico Humano e postos avançados de atendimento ao migrante.



Assessoria Vanessa Grazziotin

Senadores ouvem participantes da audiência que a CPI fez ontem em Manaus

Paim: evento mostra que cidades não são acessíveis para pessoas com deficiência

Participantes de todos os estados compareceram à 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, entre os dias 3 e 6, em Brasília, assinalou Paulo Paim (PT-RS).

— A conferência revelou claramente a falta de acessibilidade nas cidades deste país, como Brasília — disse.

O senador também registrou

a comemoração, ontem, do Dia Internacional dos Direitos Humanos. E anunciou que o governo federal vai aportar R\$ 150 milhões a partir deste mês, em dez parcelas, para garantir a continuidade dos pagamentos dos benefícios dos segurados do Portus, fundo de previdência complementar dos portuários.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz
Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka
Primeiro-secretário: Cícero Lucena
Segundo-secretário: João Ribeiro
Terceiro-secretário: João Vicente Claudino
Quarto-secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Portaria sobre ponto eletrônico precisa ser melhorada, avalia Paim

Representantes dos empregadores alegam que equipamento que vem sendo utilizado tem falhas e não se aplica à realidade das empresas

A NECESSIDADE DE aperfeiçoamento e ampliação da Portaria 1.510/09 do Ministério do Trabalho foi consenso entre os participantes da audiência pública sobre problemas de ponto eletrônico. Realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), a reunião revelou divergências sobre a obrigatoriedade do registrador eletrônico de ponto (REP) nas empresas.

Para os representantes do governo e os da Justiça, a portaria trouxe uma evolução importante para a segurança dos empregadores e empregados, que é o registro inviolável do tempo gasto pelo trabalhador na empresa. Para os empresários, falhas no REP fazem com que ele não seja um equipamento seguro e eficaz para que se cumpra a portaria.

A representante dos pequenos fabricantes de equipamentos e softwares para gestão de ponto, Lucienne Couto, disse que os equipamentos de REP não atendem à portaria, mas continuam sendo vendidos às empresas.

— O Inmetro não deu e não vai dar aval aos equipamentos que existem hoje e estão sendo comercializados — afirmou.

A representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Valdete Severo, opinou que os problemas do REP devem ser solucionados, mas não se pode colocar o foco da discussão no prejuízo das empresas.

— Não há retrocesso maior do que simplesmente negar a aplicação da portaria e retornar para registros eletrônicos que não tenham nenhuma

garantia de controle efetivo da jornada — disse a juíza.

Alain MacGregor, advogado da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo, falou que a portaria foi criada sem ouvir os empresários e, por isso, o REP não está se adequando à realidade dos empreendimentos.

— As empresas estão voltando a usar o ponto manual e o ponto mecânico — relatou.

Outras falhas do REP foram apresentadas, como a impossibilidade de backup, o acúmulo dos comprovantes em papel e a possibilidade de qualquer pessoa puxar dados do equipamento com um pendrive.

Representando o Ministério do Trabalho, Edgar Moreira Brandão afirmou que muita coisa já foi melhorada após a Portaria 1.510/09.

— De lá pra cá, tivemos a Portaria 373, que cria a oportunidade dos sistemas alternativos, desonerando grande parte do setor produtivo.

Segundo Brandão, os equipamentos, mesmo que não estejam aprovados pelo Inmetro, poderão ser usados pelas empresas até o fim da vida útil deles. Sobre segurança, ele disse que existe a possibilidade de um lacre para impedir que as informações sejam retiradas do equipamento por qualquer pessoa.

Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, afirmou que é consenso que a portaria deve ser mantida e aperfeiçoada. O senador sugeriu que se encaminhassem sugestões de melhorias à Portaria 1.510/09 por meio do representante do Ministério do Trabalho.

Raupp registra nove anos de criação do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família foi responsável por uma transformação social, segundo Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele disse que, em outubro de 2003, quando o governo encaminhou a MP que criou o programa, “nem o maior dos otimistas seria capaz de prever o resultado”.

— O número de famílias atendidas foi multiplicado por quatro e os recursos repassados aumentaram mais de seis vezes.

Raupp destacou também o impacto econômico do benefício, que, na avaliação dele, funciona como um estímulo ao empenho e à produtividade.



Caio Gomes/Agência Senado

Adicional de periculosidade a vigilantes já é lei

Com a publicação, ontem, da Lei 12.740/12, os vigilantes passam a ter direito ao adicional de periculosidade, que, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é de 30% sobre o salário, sem contar gratificações, prêmios e participação nos lucros.

A Lei 12.740/12 prevê o adicional para trabalhadores expostos a “roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial”. O projeto original (PLC 220/09) é da então deputada e agora senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paim (C) ouve na audiência pública representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo

CPI do Cachoeira analisa hoje relatório final e voto em separado

O relatório do deputado Odair Cunha (PT-MG) vai hoje à votação na CPI do Cachoeira. No texto de 5 mil páginas, Cunha pede indiciamento de 29 pessoas e responsabilização de 12. O texto sugere

investigação, pela Procuradoria-Geral da República, do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e do prefeito de Palmas, Raul Filho (PT). Após críticas, Cunha excluiu o pedido de investigação do

procurador-geral da República, Roberto Gurgel, de indiciamento do redator-chefe da *Veja*, Policarpo Júnior, e de outros quatro jornalistas.

Também será examinado voto em separado do deputado

Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que coloca mais foco sobre a Delta Construções. Para ele, a maioria na CPI “acovardou-se” ao não permitir o avanço nas investigações sobre o esquema de desvio de dinheiro público

com a participação da Delta.

Uma investigação maior sobre a empreiteira também pode motivar um segundo voto em separado, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Taques (PDT-MT).

Taques defende perda automática de mandato de condenado criminal



Pedro Taques (PDT-MT) defendeu a proposta de autoria dele que extingue a necessidade de deliberação

da Câmara ou do Senado sobre a perda de mandato de parlamentar que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado. Segundo o senador, a PEC 60/12 pode ajudar na superação de dúvidas como as que têm ocorrido quanto aos deputados que são réus no caso do mensalão.

Alvaro apresenta “mapa da corrupção” e lamenta escândalos



Um organograma que estabelece vínculos entre personagens de esquemas de corrupção divulgados nas

últimas duas semanas foi apresentado em Plenário por Alvaro Dias (PSDB-PR). Para elaborar o “mapa da corrupção”, foram usadas matérias jornalísticas, disse o senador.

— Os elos de comprometimento não podem ser ignorados. Quantas quadrilhas cabem num só governo?

Rolleberg destaca a saída do PSB da base de apoio ao governo do DF



O PSB está deixando a base de apoio ao governo de Agnelo Queiroz (PT) no Distrito Federal, anunciou Rodrigo

Rolleberg (PSB-DF). Segundo nota lida pelo senador, o partido considera que Agnelo se afastou das propostas de campanha, não dialoga com aliados históricos e fez alianças “indiscriminadas” com políticos de “práticas atrasadas”. A decisão foi tomada em plenária regional, por 241 votos a 43.

Simon considera que o ano foi positivo na política nacional



A Lei da Ficha Limpa, o julgamento do mensalão e a instalação da Comissão da Verdade foram apontados por

Pedro Simon (PMDB-RS) como marcos históricos para o país em 2012.

— Este final de ano está sendo bem melhor do que os anteriores — declarou.

A “nota triste”, segundo Simon, é a CPI do Cachoeira, “que deixou de convocar importantes envolvidos no processo”.

Cassol cobra ação da Justiça contra corrupção em Rondônia



Ivo Cassol (PP-RO) lamentou a prática de corrupção na Prefeitura de Porto Velho e no governo de

Rondônia. Ele cobrou providências da Justiça para a “punição dos maus gestores”.

— Espero que se apure imediatamente. É ruim para a imagem do estado, mas não para a imagem do nosso povo. É mais uma faxina que está sendo feita. O rombo da quadrilha pode chegar a R\$ 300 milhões.



Consumidor vê cupom fiscal: papel deverá apresentar valores de todos os impostos incidentes sobre produto ou serviço

Dilma sanciona lei que obriga nota fiscal a exibir impostos

Fatura precisará conter valores aproximados de tributos federais, estaduais e municipais e deverá ser emitida a partir de junho de 2013; empresa que descumprir nova norma poderá ter licença cassada

A PARTIR DE junho de 2013, as notas fiscais terão de informar os valores aproximados dos tributos federais, estaduais e municipais embutidos no preço final ao consumidor.

A Lei 12.741/12, que prevê a medida, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff e publicada ontem no *Diário Oficial da União*. O projeto que originou a lei (PLS 174/06) é de Renan Calheiros (PMDB-AL).

As notas fiscais deverão incluir ICMS, ISS, IPI, IOF, PIS-Pasep, Cofins e Cide. No caso de produtos importados, também deverão ser informadas as alíquotas de Imposto de Importação, PIS-Pasep-Importação e



Renan Calheiros, autor do projeto

Cofins-Importação.

Dilma vetou dispositivos que previam a informação também do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), por causa da impossibilidade de calculá-los antecipadamente com precisão.

Os estabelecimentos poderão divulgar as parcelas dos impostos em painéis afixados em lugar visível ou por outro meio eletrônico ou impresso.

As empresas que não cumprirem a lei sofrerão punições previstas no Código de Defesa do Consumidor, como multa e cassação de licença.

Dilma também vetou o parágrafo que obrigava a divulgação de dados relativos a tributos questionados judicial ou administrativamente, por considerar que isso levaria uma "informação temerária" ao consumidor e criaria "margem de manobra" para os empresários burlarem a fiscalização.

Chega ao Senado MP que estimula economia

Chegou ao Senado a Medida Provisória (MP) 578/12, com estímulos à economia. A matéria será apreciada pelos senadores como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/12, pois o texto original foi modificado e sofreu acréscimos na Câmara.

Inicialmente, a MP incluía apenas a apuração e a dedução, no Imposto de Renda, da depreciação acelerada dos

veículos usados no transporte de mercadorias, vagões e locomotivas novos.

Após a tramitação na Câmara, o PLV 27/12 estabelece também o parcelamento das dívidas de estados e municípios com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Estados e municípios poderão parcelar débitos vencidos até dezembro de 2011.

O mecanismo constava da MP 574/12, que perdeu a validade.

O PLV 27/12 permite a reabertura do prazo de adesão para outros parcelamentos, como os do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), de Parcelamento Especial (Paes) e de Parcelamento Excepcional (Paex). O prazo havia se encerrado em 2010. O novo prazo é 28 de fevereiro de 2013.

MP da intervenção no setor elétrico pode ser votada hoje

Aprovada na Câmara dos Deputados na terça-feira, a medida provisória que regulamenta a intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em distribuidoras de energia com dificuldades de manter o serviço pode ser votada hoje pelo Plenário do Senado. A intervenção pode durar até um ano, prazo prorrogável uma única vez por até dois anos.

O texto original (MP 577/12) recebeu várias mudanças — a maior parte ligada à legislação tributária —, transformando-se no PLV 29/12, elaborado pela comissão mista que analisou a medida.

Entre as modificações, o relator da MP, Romero Jucá (PMDB-RR), acrescentou

artigos que aumentam de R\$ 85 mil para R\$ 100 mil o valor máximo de imóveis que poderão se beneficiar do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A primeira intervenção com base na medida provisória ocorreu em 31 de agosto, dia seguinte à publicação da MP, em oito empresas do grupo Rede Energia com operações em 6 estados e 578 municípios.

Uma empresa do grupo, a Centrais Elétricas do Pará (Celpa), entrou com pedido de recuperação judicial antes de a intervenção ter sido regulamentada pela MP. No fim de outubro, a Aneel autorizou a compra da empresa pela Equatorial, que já controla a Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Gurgacz: medidas sobre energia são injustas com pequenos produtores



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Acir Gurgacz (PDT-RO), a redução na tarifa de energia elétrica para 2013, proposta nas MPs 579/12 e

591/12, é injusta com os pequenos produtores. O senador disse que as empresas de grande porte serão beneficiadas com uma redução maior, de até 28%, enquanto as pequenas empresas terão uma redução em torno de 18%.

— Apesar de as pequenas indústrias contribuírem para a maior parte do produto interno bruto, o reajuste escalonado desloca o eixo de competitividade em favor das indústrias de grande porte — disse.

Gurgacz ressaltou que o quilowatt-hora pago pela micro e pequena empresa no consumo de baixa tensão é 135% maior do que o pago pelas grandes indústrias. Ele disse ter apresentado ao relator da MP 579, Renan Calheiros (PMDB-AL), o pleito dos pequenos empresários por um percentual de redução da tarifa igual ao da grande indústria.

Para Aloysio, faltou planejamento em renovação de concessões



Waldemir Barreto/Agência Senado

A "falta de planejamento e visão de longo prazo do governo federal" na renovação das concessões de energia elétrica

foi criticada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

— A MP 579/12 tem o objetivo nobre e relevante de reduzir as tarifas de energia, mas foi editada de maneira autoritária, com erros grosseiros e interesses eleitorais — disse.

O senador afirmou concordar com o argumento "absolutamente indiscutível" de que as concessionárias produtoras de energia elétrica já conseguiram recuperar o capital empregado na construção de usinas e linhas de transmissão. Assim, não há mais motivos para os clientes continuarem pagando essa amortização depois de as concessões serem prorrogadas. Entretanto, criticou Aloysio, as alterações e novas regras para o setor foram propostas pelo governo sem o devido diálogo com as partes envolvidas e sem planejamento adequado.

Anibal diz que Brasil ajudou em avanços da Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU



Cidri Gomes/Agência Senado

A participação do Brasil na 18ª Conferência das Partes (COP-18) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Doha, Catar, na semana passada, foi registrada por Anibal Diniz (PT-AC). Integrante da delegação brasileira, o senador

relatou que o Brasil mostrou que tem feito sua parte na redução do aquecimento global.

— O Brasil teve participação intensa, apresentando a primeira proposta para uma segunda fase [do Protocolo] de Kyoto e foi a partir desse posicionamento que muitos países construíram avanços, como a redução das emissões de carbono negro, fuligem, metano e ozônio, poluentes de curta duração.



Obras da Ferrovia Alto Araguaia—Rondonópolis, em Mato Grosso: medida prevê incentivo para transporte de cargas

Medida prevê isenções tributárias para Olimpíadas

Foi lido no Plenário o PLV 26/12, oriundo da MP 584/12, que dispõe sobre medidas tributárias referentes aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Aprovado na Câmara, o PLV agora depende da análise do Senado.

O texto contém várias isenções tributárias, como a da circulação de bens e serviços destinados aos jogos; a dos rendimentos pagos, recebidos ou remetidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) em relação às atividades

relacionadas com os jogos; e a de patrocínios concedidos em espécie ou por meio de fornecimento de bens e serviços.

As isenções valerão para os fatos geradores de tributos entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2017.